

7.03.05 – Antropologia das populações afro-brasileiras

SINCRETISMO RELIGIOSO E HERANÇA AFRICANA: SOB O OLHAR DO PESQUISADOR JUNIOR.

Ághata Andrade de Lima¹, Adelson Silva da Costa² Tânia Maria Hetkowski³

1. Estudante da Educação Básica, Pesquisadora ICJr da UNEB
2. Professor do Colégio da Polícia Militar da Bahia
3. Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Departamento de Educação/ Orientadora

Resumo:

O presente trabalho visa apresentar uma discussão sobre o sincretismo religioso no Brasil e a herança africana, em relação a sua contribuição para a formação do povo brasileiro nos aspectos culturais, com o objetivo de compreender como as religiões de matrizes africanas se apropriaram do sincretismo religioso como forma de empoderamento e resistência ao dominador.

O sincretismo é a reunião de doutrinas divergentes, fusão de princípios de práticas religiosas que resultam um processo histórico da identidade de um povo. Os africanos ao chegarem no Brasil colônia tiveram suas religiões reprimidas pelos portugueses. A saída encontrada pelos escravizados foi associar as divindades cultuadas aos santos católicos que pudessem representar cada uma delas.

A metodologia utilizada de cunho qualitativo e participante, com leituras de livros, legislações e sites sobre a temática motivou a ampliação da pesquisa para futuras entrevistas e discussões na escola.

Autorização legal: Autorização do Comitê de Ética da Universidade do Estado da Bahia – UNEB para execução da pesquisa, sob número do protocolo expedido CEP/CONEP - **CAAE:** 53902315.5.0000.0057

Palavras-chave: Religião; Miscigenação; Identidade.

Apoio financeiro: Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Trabalho selecionado para a JNIC pela instituição: Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Introdução:

Sincretismo é a reunião de doutrinas divergentes, com a preservação de elementos visíveis da crença original, fusão de princípios de práticas religiosas que resultam um processo histórico de identidade de um povo. A miscigenação existente na Bahia dá-se devido a fatores histórico-culturais na história do Brasil, especificamente em sua época como colônia de Portugal. Com o domínio cristão na Europa e a cobiça da igreja católica em catequizar as etnias que ainda não tivessem se convertido para o cristianismo, o preconceito era eminente.

Povos encontrados em terras que não fossem as europeias eram considerados não civilizados. Assim, os africanos levados para o Brasil, tiveram suas religiões, culturas intensamente reprimidas e desrespeitadas por jesuítas. A saída encontrada pelos escravizados foi associar as divindades cultuadas, aos santos católicos que pudessem representar cada uma delas: "todas as religiões são instituições dinâmicas que se transformam de acordo com as circunstâncias socioculturais advindas de fora." (FELINTO, 2012, p.11)

Tendo que se debruçar sobre esta problemática social, o Estado brasileiro cria mecanismos para possibilitar uma "democracia religiosa". Podemos destacar a Lei 10.639 criada com o objetivo de levar para as salas de aula as contribuições da cultura afro-brasileira e africana no Brasil. Propondo novas diretrizes para valorizar e ressaltar a presença deste povo na sociedade, além de ser um instrumento contra a discriminação e o preconceito racial, porém a Lei ainda não é cumprida em todas as escolas.

Nosso objetivo é compreender como as religiões de matrizes africanas se apropriaram do sincretismo religioso como forma de empoderamento e resistência ao dominador.

Destarte, acreditamos ser interessante a discussão proposta, pois o sincretismo religioso se constitui um importante elemento de pesquisa sobre a herança africana para o Brasil. Mesmo contestado por diversos seguimentos das religiões de matrizes africanas o termo sincretismo está no imaginário popular como forma de cultuar uma divindade, ainda é salutar dizer que o jovem nutre certos preconceitos e estereótipos acerca do tema e nosso trabalho serve para evidenciar este momento singular da história, mesmo porque os jovens em sua maioria ainda vê com preconceitos e utilizam de termos pejorativos quando se dirige as discussões a religiões afro-brasileiras.

Metodologia:

A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo, com a participação dos atores envolvidos no processo da pesquisa, através de leituras de livros, sites e legislações sobre o tema apresentado. Uma das legislações discutida e analisada foi a Lei 11.645, que apresenta a necessidade de conhecer e refletir sobre os temas relacionados à etnia negra e etnia indígena no Brasil, consideradas excluídas socialmente. A aplicabilidade da lei exige conhecimento e reconhecimento da importância da temática. No processo houve necessidade de leituras de outros textos para aprofundamento teórico, utilizando interpretações e reflexões para compreensão dos conceitos apresentados. Ao mesmo tempo acesso a sites e as redes sociais, atenção especial aos vídeos de youtube com entrevistas de algumas personalidades que marcam fortemente as religiões de matriz Africana na Bahia, para apreensão de outras visões sobre o tema. Visita à biblioteca dos Colégios da Polícia Militar Unidades Dendezeiros e Ribeira para consulta de material didático e acadêmico. Roda de conversa entre estudantes e orientadores para esclarecimento dos possíveis caminhos de investigação.

Resultados e Discussão:

É de suma importância que escolas com ensino religioso tenham o objetivo de, por meio dessas aulas, mostrar a diversidade cultural, sem impor seus credos aos alunos. Em hipótese alguma, a escola pode ser usada como palco para militância religiosa e manifestações de intolerância. A carta magna (Constituição Federal de 1988) determina que o Estado brasileiro é laico e, por meio de suas instituições, deve-se manter neutro em relação a temas religiosos, limitando-se apenas aos conhecimentos básicos sobre as religiões, sem demonizá-las por causa de opiniões particulares.

Atualmente, a constituição federal brasileira utiliza de mecanismos que possam combater a intolerância religiosa. No âmbito da educação, por exemplo, é obrigatório o ensino da história da África e de costumes da descendência afro-brasileira, tratando da sua importância aos estudantes. Segundo Renata Felinto: "Em prol da diversidade religiosa, do respeito e da boa convivência entre "iguais e diferentes" é necessário desconstruir certas pré-noções difundidas oralmente e através de poderosos meios de comunicação de massa que perseguem as religiões afro-brasileira amparado pela Lei Federal 11.645, sancionada em 2008 (antiga lei 10.639/03), que obriga o ensinamento da história da África e cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas." (2012, p. 9) A escola é espaço promissor para abertura de discussões e de potencialização das investigações sobre sincretismo religioso e herança africana, a partir de compreensão dos conceitos relacionados e ao entendimento da história e dos fatos que marcaram a vida dos negros no Brasil e as relações que fizeram com elementos da cultura portuguesa com a perspectiva de não permitir a total ausência de sua cultura massacrada pelos colonizadores.

Sem contestar ou ameaçar a liberdade de credo do outro, espera-se, com a obrigatoriedade da lei que os educadores trabalhem as ações pedagógicas sem orações ou imagens específicas de determinada religiosidade, mas que possa motivar a redução do preconceito entre os estudantes e amplie o respeito ao próximo, minimizando ou até excluindo o conflito violento gerado por imposição de verdades absolutas.

Conclusões:

Com base no que foi estudado durante o desenvolvimento da pesquisa, é importante conceituar religião como uma crença em um princípio superior que excede a racionalidade humana, uma força que não tem explicação científica capaz de influenciar diretamente no destino dos seres humanos que creem, sendo este o sujeito capaz de compartilhar suas concepções como também impor estas a outro alguém, ferindo a liberdade que faz com que o cidadão escolha a fé que mais lhe traz conforto, tido então como crime de intolerância religiosa.

Observando o histórico do Brasil, pode-se entender a influência que a religião possui como elemento da miscigenação do povo brasileiro. Em sua época colonial, apenas o catolicismo era reconhecido. Assim, povos que tinham crenças diferentes, foram considerados selvagens pelos europeus, forçando os negros, trazidos para território colonial, a utilizarem de subterfúgios como maneira de resistência à imposição sem que perdessem totalmente o vínculo com suas culturas, combinando simbolicamente os orixás cultuados com os santos católicos, nem sempre de forma harmoniosa, mas em muitos momentos necessários para sustentação de um elemento cultural de ligação com os seres superiores que apresentam proteção ao cotidiano terreno.

Referências bibliográficas

FELINTO, Renata. (org.) **Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, fazeres para os alunos: religiosidade, musicalidade, identidade e artes visuais.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

RIBEIRO, Josenilda Oliveira. **Sincretismo religioso no Brasil: uma análise histórica das transformações no catolicismo, evangelismo, candomblé e espiritismo.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco. In <http://estrategistas.com/wp-content/uploads/2013/06/Sincretismo-religioso-no-Brasil-Josenilda-Ribeiro.pdf>. Acesso em nov.10.2017.